

ANALISTA TÉCNICO EM GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CLASSE IV

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo do fiscal um Caderno de Questões com 50 (cinquenta) questões numeradas sequencialmente que compõem a prova objetiva.
- Composição da Prova:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
05	Língua Portuguesa
05	Informática
05	Atualidades
20	Legislação Estadual
15	Direito Administrativo

- Você receberá, também, a Folha de Respostas personalizada para transcrever as respostas das questões da prova objetiva.

ATENÇÃO

1. É proibido folhear o Caderno de Questões antes da autorização do fiscal.
2. Após autorização, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Confira também se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso haja qualquer divergência, comunique o fato ao fiscal imediatamente.
3. Confira seu nome completo, o número de seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Caso encontre alguma divergência, comunique o fato ao fiscal para as devidas providências.
4. Você deverá transcrever as respostas das questões objetivas para a Folha de Respostas definitiva, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato.
5. Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta esferográfica transparente, com tinta de cor azul ou preta.
6. Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas: 
7. A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados às respostas.
8. O candidato deverá marcar na Folha de Respostas a cor que corresponde a sua prova.

9. Na correção da Folha de Respostas, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas, que contiverem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.
10. Você dispõe de 4h (quatro horas) para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo.
11. Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. Caso queira levar o caderno de questões, só poderá levá-lo após 4h (quatro horas) decorridas do início da prova, devendo, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas assinada. As provas estarão disponibilizadas no site da AACP (www.aocp.com.br), a partir da divulgação do Gabarito Preliminar. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
12. Os 03 (três) últimos candidatos da sala só poderão sair juntos e após a conferência de todos os documentos da sala e assinatura do termo de fechamento.
13. Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *papers*, telefones celulares, BIP, *Walkman*, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.
14. Os objetos de uso pessoal, incluindo telefones celulares, deverão ser desligados e mantidos dessa forma até o término da prova e entrega da Folha de Respostas ao fiscal.
15. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

LÍNGUA PORTUGUESA

Brasil debate se felicidade é um estado passageiro ou direito constitucional

A felicidade é um estado momentâneo e passageiro de espírito ou tem que ser garantida pelo Estado? O debate está aberto no Brasil, onde se questiona se a Constituição deve colocar 'ser feliz' entre os direitos fundamentais.

"São direitos sociais, essenciais à busca da felicidade, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança (pessoal e social), a proteção da maternidade e da infância e a assistência aos desamparados", diz o parágrafo que o "Movimento Mais Feliz" deseja que seja incluído na Constituição.

Pelas mãos dessa organização não-governamental, o assunto chegou ao Senado, onde o senador e ex-ministro da Educação, Cristovam Buarque, do (PDT), já organizou um debate sobre a proposta.

Muitos dizem, e inclusive algumas pesquisas confirmam, que não existe um país mais feliz em toda América do Sul do que o Brasil. Só outras duas nações o superam em todo o continente (Costa Rica e Canadá).

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup e publicada pela revista "Forbes" no começo de junho coloca o Brasil na 12ª posição, junto ao Panamá, entre os lugares mais felizes do mundo.

A pesquisa foi feita em 155 países entre 2005 e 2009 e, no caso dos brasileiros, mais da metade da população se considera "feliz" e menos de 2% dizem estar "sofrendo".

A questão da felicidade é tão antiga como o homem e países como os Estados Unidos, França, Japão e Coreia do Sul já incluíram esta palavra na própria Constituição.

A felicidade é adotada cada vez mais por diversas nações como um dos principais parâmetros para medir o bem-estar de uma sociedade.

O Butão, um pequeno reino do Himalaia situado entre a China e a Índia, foi pioneiro em iniciativas dirigidas a conhecer o grau de satisfação de seus habitantes e criou há duas décadas o índice da Felicidade Interna Bruta (FIB).

No caso do Brasil, a proposta é que os direitos sociais, que estão enumerados no sexto artigo da Constituição, sejam considerados essenciais para a "busca da felicidade".

O senador Buarque, o parlamentar mais entusiasta do projeto, explicou à Agência Efe que o texto proposto tem o objetivo de "humanizar a Constituição, levando o conceito político (dos direitos) a um nível mais humano, que coincide com a felicidade", para "conscientizar as pessoas sobre os direitos sociais".

O fundador do movimento, Mauro Motoryn, que se declara um homem feliz, explicou à Efe que o "Estado tem que criar as condições essenciais para que as pessoas sejam felizes", não só assegurar direitos como educação e saúde, mas para que "sejam de qualidade" e o cidadão possa "alcançar a felicidade".

Até a Igreja Católica participou do debate, enviando um representante a uma sessão do Congresso para dizer que prefere que na Constituição se fale de "bem-estar individual", pois, segundo o Episcopado brasileiro, a noção de felicidade é "algo subjetivo".

Daniel Seidel, secretário-executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz do Episcopado, considera a proposta "uma grande campanha de marketing", porque o que realmente impede a felicidade dos cidadãos é a "corrupção e os políticos corruptos que roubam o dinheiro público". Morotyn disse que, nos primeiros dias do mês de agosto, o movimento apresentará a proposta à Câmara dos Deputados, onde se deverá começar a decidir se o Brasil será um país feliz também segundo a lei.

Texto adaptado de <http://g1.globo.com>. Acesso em 02 ag 2010.

QUESTÃO 01

De acordo com o texto, é correto afirmar que

- (A) ele apresenta resultados de pesquisa em todos os continentes e revela que a felicidade constitui um direito social.
- (B) o Brasil se considera o país mais feliz das Américas e, por isso mesmo, incluirá a felicidade em sua Constituição.
- (C) o debate que se instaurou no Brasil concerne à efemeridade da felicidade ligada ao momento político do País.
- (D) a Igreja Católica prefere que a felicidade seja considerada um bem estar individual, algo subjetivo.
- (E) o Brasil luta para que a lei considere a felicidade um bem social e cultural do país, um patrimônio a ser incorporado.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa correta sobre o que se afirma abaixo.

- (A) A palavra 'muitos' apresenta um ditongo nasal.
- (B) A palavra 'educação' apresenta um ditongo oral.
- (C) A palavra 'saúde' apresenta duas sílabas.
- (D) A palavra 'assegurar' apresenta um encontro consonantal.
- (E) A palavra 'habitantes' apresenta 10 letras e 9 fonemas.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa que NÃO apresenta a análise correta da oração destacada.

- (A) "...não existe um país mais feliz em toda América do Sul do que o Brasil." (oração subordinada adverbial comparativa).
- (B) "O fundador do movimento, Mauro Motoryn, que se declara um homem feliz, explicou à Efe..." (oração subordinada adjetiva explicativa)
- (C) "...o texto proposto tem o objetivo de "humanizar a Constituição,"" (oração subordinada substantiva completiva nominal)
- (D) "...diz o parágrafo que o "Movimento Mais Feliz" deseja que seja incluído na Constituição." (oração subordinada substantiva objetiva direta)
- (E) "Brasil debate se felicidade é um estado passageiro ou direito constitucional" (oração subordinada adverbial condicional)

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa cuja expressão destacada NÃO foi analisada corretamente.

- (A) "São direitos sociais, essenciais à busca da felicidade..." (complemento nominal)
- (B) "São direitos sociais, essenciais à busca da felicidade, a educação, a saúde..." (predicativos do sujeito)
- (C) "São direitos sociais, essenciais à busca da felicidade..." (complemento nominal)
- (D) "...o movimento apresentará a proposta à Câmara dos Deputados..." (objeto indireto)
- (E) "Pelas mãos dessa organização não-governamental, o assunto chegou ao Senado..." (adjunto adverbial)

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao que se afirma abaixo.

- (A) A expressão secretário-executivo é formada por composição.
- (B) O emprego de onde, em vez de onde, em Câmara dos Deputados, onde, fere a norma gramatical.
- (C) Em "mais da metade da população se considera 'feliz'", o verbo considera pode ser flexionado no plural.
- (D) A expressão desamparados apresenta um prefixo com valor de negação/ausência.
- (E) Em essenciais para a 'busca da felicidade', a troca de para a por à não compromete a sintaxe do período.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 06

Qual protocolo que permite acesso mais seguro do que o protocolo HTTP a um site na WWW (Word Wide Web).

- (A) HTTPZ.
- (B) HTTPG.
- (C) HTTPS.
- (D) HTTPP.
- (E) HTTPX.

QUESTÃO 07

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

- I. RAM e ROM = Memórias eletrônicas e as memórias em discos magnéticos e ópticos.
- II. Megabyte = Múltiplo do byte e do quilobyte.
- III. LAN = Forma abreviada de Local Area Network.
- IV. SMTP = Forma abreviada de Simple Mail Transfer Protocol – Protocolo para transferência de correio simples.
- V. Terminal = Conjunto de dispositivos de entrada e, eventualmente, saída de dados de um sistema informático, dedicado à comunicação com o usuário.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 08

Qual das alternativas abaixo **NÃO** apresenta Antivírus?

- (A) Norton e AVG.
- (B) ACG e Avance.
- (C) Avast e Avira.
- (D) Comodo e AVG.
- (E) Avast e Norton.

QUESTÃO 09

Utilizando Broffice Writer versão 3.2 instalação padrão Português Brasil, analise as assertivas que apresentam as funções dos respectivos atalhos e, em seguida, assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s). Obs: (o caractere + serve apenas para interpretação).

- I. Ctrl + V= Colar
- II. Ctrl + F= Localizar
- III. Ctrl + B = Salvar
- IV. Ctrl + A = Selecionar tudo

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas I, II e IV.

QUESTÃO 10

Sobre o navegador Mozilla Firefox versão 3.0 instalação padrão português Brasil, assinale a alternativa correta. Obs.: (O caractere + serve apenas para interpretação).

- (A) F11 = Tela Inteira / Ctrl + N = Nova Janela.
- (B) F5 = Localizador / Ctrl + L = Nova Aba.
- (C) F1 = Atualizar / Ctrl + T = Nova Janela.
- (D) F11 = Conteúdo de ajuda / Ctrl + A = Fechar Janela.
- (E) F5 Nova aba / Ctrl + P = Localizar.

ATUALIDADES

QUESTÃO 11

O Diário Oficial da União, na edição de 03 de agosto de 2010, publicou a lei que cria a estatal do pré-sal, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 02 de agosto de 2010. Denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PP-AS), a estatal será responsável pela administração dos contratos de exploração na camada Pré-sal. O projeto foi aprovado pelo Senado no dia 7 de julho e sancionado sem vetos. [Disponível em <http://www.in.gov.br> Acesso em 27 jul 2010]. Assinale a alternativa correta em relação ao tema pré-sal.

- (A) A camada do Pré-sal é uma faixa localizada na costa do litoral brasileiro que se estende, aproximadamente, do Espírito Santo a Santa Catarina.
- (B) A Emenda Ibsen foi um projeto de lei que regulamentou, de forma tranquila, a distribuição dos royalties do petróleo.
- (C) Embora muito comentado, o petróleo do Pré-sal ainda não foi extraído, pois nenhum poço foi descoberto.
- (D) Apesar de todo debate ocorrido, o setor de Educação não será beneficiado pelos recursos do petróleo oriundo do Pré-sal.
- (E) A sociedade catarinense ganhará muito com a extração de petróleo já que a atividade não causa impacto social e ambiental.

QUESTÃO 12

Leia o texto a seguir e reflita sobre o tema biodiesel: “A soja é a oleaginosa mais usada no Brasil para produzir biodiesel. O país colheu uma safra recorde em 2009/2010 (68,7 milhões de toneladas) e parte dela foi usada para garantir 85 por cento da produção nacional de biodiesel. Mas já se fala em reduzir o plantio no Mato Grosso, atual principal produtor do grão e buscam-se outras matérias-primas para assegurar a possibilidade de se misturar 5 por cento de biodiesel no diesel.”

[Disponível em: <http://tisc.com.br/madeinsc/microalgas-viram-biocombustivel-com-tecnologia-de-santa-catarina/> Acesso em 28 jul 2010]. Assinale a alternativa correta.

- (A) Biodiesel é uma alternativa aos combustíveis derivados do petróleo; pode ser usado em carros e qualquer outro veículo com motor a gasolina.
- (B) O Biodiesel é hoje um produto competitivo em relação ao óleo diesel e mantém-se independente no mercado consumidor.
- (C) O Brasil vem tentando se estabelecer na produção do Biodiesel apesar das dificuldades geográficas para o cultivo.
- (D) A produção de oleaginosas pela Agricultura Familiar não é incentivada pelo governo brasileiro, por isso é impraticável.
- (E) O Biodiesel é fabricado a partir de fontes renováveis (girassol, soja, mamona, etc.), é um combustível que emite menos gases poluentes que o diesel.

QUESTÃO 13

Leia o texto a seguir e reflita: “O direito à identidade e à diversidade cultural, que nasce durante o século XVIII no âmbito dos Estados nacionais, é elevado ao plano internacional após a Segunda Guerra Mundial, quando ocorrem verdadeiros saques ao patrimônio cultural dos países ocupados. Em 1954 a Unesco proclama a Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, documento em que os Estados se comprometem a respeitar os bens culturais situados nos territórios dos países adversários, assim como a proteger seu próprio patrimônio em caso de guerra.” [Disponível em:

http://culturadigital.br/setorialmoda/files/2010/01/TE_XTO-BASE-II-CNC.pdf Acesso em 27 jul 2010]. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O movimento ecológico, que ganhou ímpeto a partir da década de 1970, também contribui para a elevação do direito à identidade e à diversidade cultural ao plano mundial.
- (B) De acordo com a UNESCO, a deterioração e o desaparecimento de um bem natural, ou cultural, constituem um empobrecimento do patrimônio de todos os povos do mundo.
- (C) O vínculo entre patrimônio cultural e ambiental relaciona-se ao fato de que a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano quanto a diversidade biológica para a natureza.
- (D) O advento da globalização, ao gerar a atual sociedade focada no consumo, causou uma proliferação de identidades coletivas na qual todas as pessoas têm acesso aos produtos culturais.
- (E) Em regiões onde existem minorias étnicas, religiosas e lingüísticas o direito à diversidade cultural deve ser reconhecido e consolidado em benefício das gerações presentes e futuras.

QUESTÃO 14

Considerando que o “Plano Catarinense de Desenvolvimento” foi desenvolvido com base na metodologia de construção de cenários, para o período 2007 a 2015, assinale a alternativa INCORRETA em relação aos princípios respeitados em seu processo de elaboração.

- (A) O Plano é um instrumento de coordenação dos programas e projetos setoriais e regionais considerados prioritários.
- (B) O Plano deve criar condições para o desenvolvimento de programas e projetos regionais.
- (C) O Plano deve se concentrar em ações de responsabilidade social com capital oriundo da iniciativa privada.
- (D) O Plano será estruturado em torno de dimensões e áreas de atuação, a partir das quais serão definidas diretrizes e estratégias.
- (E) O Plano deve levar em consideração programas e projetos em andamento, que já foram iniciados.

QUESTÃO 15

O Plano Catarinense de Desenvolvimento foi criado com o objetivo de “Tornar Santa Catarina referência em desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica, promovendo a equidade entre pessoas e entre regiões”. [Disponível em http://www.spq.sc.gov.br/plano_desen.php Acesso em 27 jul 2010]. Baseado na apresentação das Macrodiretrizes definidas no Plano Catarinense de Desenvolvimento, assinale a alternativa correta.

- (A) É uma diretriz da dimensão da Educação: “Ampliar a inclusão digital no estado apoiando, principalmente, projetos que integrem as áreas de educação, desenvolvimento social, saúde, e segurança”.
- (B) É uma diretriz da dimensão de Políticas Públicas: “Implementar o governo eletrônico para melhorar a prestação de serviços à população e ampliar a infraestrutura de tecnologias da informação da administração pública estadual”.
- (C) É uma diretriz da dimensão de Segurança: “Consolidar e fortalecer os serviços de assistência social, buscando a equidade entre os grupos sociais e as regiões do estado”.
- (D) É uma diretriz da dimensão da área de Economia: “Incentivar e apoiar ações das organizações do terceiro setor que contribuam para a melhoria da segurança pública e da cidadania”.
- (E) É uma diretriz da dimensão Fiscal: “Implementar sistema de gestão ambiental com processos unificados de licenciamento, monitoramento, controle e fiscalização”.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

QUESTÃO 16

Preencha as lacunas e, em seguida, assinale a alternativa correta.

As Secretarias de Estado Setoriais e as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, sob a coordenação da _____ e em articulação com a _____ deverão estabelecer critérios de distribuição dos recursos públicos, de forma _____, por função governamental, com a finalidade de atendimento a obras e serviços públicos, levando em consideração as regiões cujos municípios detenham menores valores para o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e outros que possam guardar o justo equilíbrio socioeconômico das regiões do Estado.

- (A) Secretaria de Estado de Infra-Estrutura / Secretaria de Estado da Fazenda / regionalizada
- (B) Secretaria de Estado da Fazenda / Secretaria de Estado do Planejamento / regionalizada
- (C) Secretaria de Estado do Planejamento / Secretaria de Estado da Fazenda / regionalizada
- (D) Secretaria de Estado de Gestão Pública / Secretaria de Estado do Planejamento / setorizada
- (E) Secretaria de Estado do Planejamento / Secretaria de Estado de Infra-Estrutura / setorizada

QUESTÃO 17

De acordo com a Lei Estadual n.6745/85, analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

- I. Funcionário Público é a pessoa legalmente investida em cargo público criado por lei, de provimento efetivo ou em comissão, com denominação, função e vencimento próprios, número certo e pagamento pelo erário estadual.
- II. Os cargos públicos de provimento efetivo serão agrupados em quadros e sua criação obedecerá a planos de classificação estabelecidos em leis especiais, segundo a hierarquia do serviço e as qualificações profissionais, de modo a assegurar a plena mobilidade e progresso funcionais na carreira de funcionário público.
- III. A análise e a descrição de cada cargo serão especificadas em decreto.
- IV. Entende-se por função de confiança a situação funcional transitória criada por ato administrativo e cometida a funcionário público estadual, mediante livre escolha, para desempenho de atribuições regimentais.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei Estadual n.6745/85, a posse é o ato pelo qual o nomeado para um cargo público manifesta, pessoal e expressamente, a sua vontade de aceitar a nomeação e inicia o exercício das respectivas funções. O prazo para o nomeado tomar posse, a contar da data da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial, será de

- (A) 30 (trinta) dias, permitida a prorrogação por igual período.
- (B) 30 (trinta) dias, vedada a prorrogação.
- (C) 15 (quinze) dias, vedada a prorrogação.
- (D) 15 (quinze) dias, permitida a prorrogação por igual período.
- (E) 10 (dez) dias, vedada a prorrogação.

QUESTÃO 19

De acordo com a Lei Estadual n.6745/85, analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa condição, causar ao patrimônio do Estado, por dolo ou culpa, devidamente apurados. Caracteriza-se especialmente a responsabilidade

- I. pela sonegação de valores e objetos confiados à sua guarda ou responsabilidade, por não prestar contas, ou por não as tomar, na forma e no prazo estabelecido nas leis e regulamentos administrativos.
- II. pelas faltas, danos, avarias e qualquer outro prejuízo que sofrerem os bens e materiais sob sua guarda ou sujeitos a seu exame ou fiscalização.
- III. pela falta ou inexactidão das necessárias averbações nas notas de despacho ou guias e outros documentos da receita ou que tenham com eles relação.
- IV. por qualquer erro de cálculo ou redução contra a Fazenda Estadual.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa **INCORRETA**. O Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, destinado a organizar a Carreira de Gestor Público, constituída pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional, observará as seguintes diretrizes:

- (A) adoção de carreira, possibilitando o crescimento profissional de forma horizontal e vertical, fundamentado na busca de maiores níveis de qualificação profissional.
- (B) inexistência de transparência das práticas de remuneração, com valoração do vencimento nos diversos níveis e referências da estrutura da carreira.
- (C) reconhecimento da qualificação profissional por critérios que proporcionem igualdade de oportunidades profissionais.
- (D) valorização dos servidores que buscam um constante aprimoramento profissional com aplicabilidade no cotidiano das atividades das Secretarias de Desenvolvimento Regional.
- (E) valorização pela definição de objetivos, com a criação de indicadores e a avaliação de resultados, permitindo que seja assumida particular relevância no compartilhamento das responsabilidades, com a formação de equipes multidisciplinares e a organização por programas e ações.

QUESTÃO 21

De acordo com a Lei Complementar Estadual n.348/06, assinale a alternativa correta.

- (A) Classe é o sistema estratégico de remuneração, estruturado na forma de carreira, cargo, classes, níveis e referências de vencimento, que possibilitam o crescimento profissional do servidor de forma transparente, fundamentado na qualificação e no desempenho profissional.
- (B) Cargo de Provimento Efetivo é o quantitativo de cargo de provimento efetivo com as respectivas classes, definido de acordo com as necessidades das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional.
- (C) Carreira é a perspectiva de crescimento profissional, fundamentada no desempenho eficiente e eficaz e no exercício de atribuições de maior nível de complexidade e de formação.
- (D) Quadro de Pessoal é a denominação dada a um conjunto de atribuições e responsabilidades, com denominação própria e remuneração paga pelo erário, integrante do Quadro de Pessoal das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional.
- (E) Plano de Carreira e Vencimentos é a divisão da estrutura do cargo de provimento efetivo que agrupa um conjunto de atribuições e responsabilidades relacionadas com a formação, qualificação profissional ou desempenho profissional.

QUESTÃO 22

Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

O Quadro de Pessoal das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional composto pelo cargo de provimento efetivo de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional, constituído por _____ classes, _____ níveis, cada nível com _____ referências.

- (A) 4 (quatro) / 15 (quinze) / 10 (dez)
- (B) 15 (quinze) / 10 (dez) / 4 (quatro)
- (C) 10 (dez) / 4 (quatro) / 15 (quinze)

- (D) 4 (quatro) / 10 (dez) / 10 (dez)
- (E) 15 (quinze) / 15 (quinze) / 10 (dez)

QUESTÃO 23

De acordo com a Lei Complementar Estadual n.348/06, analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. A Progressão por Nível de Formação consiste na passagem do servidor de uma classe para o nível e referência iniciais de classe superior, observados os seguintes critérios:

- I. possuir três anos de tempo de serviço em classe do cargo em que se encontra, nos termos descritos em Lei Complementar.
- II. conclusão do pré-requisito para o exercício profissional da classe.
- III. processo seletivo com a aplicação de prova de conhecimento, caso o número de vagas for inferior ao número de servidores interessados.
- IV. disponibilidade de vagas na classe.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 24

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. Compete aos Conselhos de Desenvolvimento Regional – CDRs

- I. aprovar os planos e programas relativos ao desenvolvimento regional elaborados em conjunto com as Secretarias de Estado Setoriais.
- II. assessorar o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional na coordenação do inter-relacionamento dos setores público e privado e a comunidade científica e tecnológica.
- III. emitir parecer, por escrito, firmado por seus membros, a cada quadrimestre, sobre a execução orçamentária e o relatório das atividades executadas na região, por área de atuação, a ser enviado ao Chefe do Poder Executivo Estadual por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento – SPG.
- IV. deliberar sobre convênios que envolvam repasse de recursos estaduais a municípios e entidades de natureza privada sem finalidade econômica, a qualquer título, para a execução descentralizada de programas, projetos e ações governamentais.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 25

São atribuições do Presidente do Conselho de Desenvolvimento Regional, EXCETO

- (A) presidir as sessões e os trabalhos do Conselho.
- (B) aprovar a ata da reunião anterior da Assembleia no início de cada reunião.
- (C) determinar aos gerentes a prioridade de análise de assuntos, pelo comitê temático, encaminhados pela Secretaria Executiva do Conselho.
- (D) apoiar os comitês temáticos para obtenção de informações técnicas necessárias.
- (E) emitir resolução, após a deliberação do Conselho.

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Regional será exercida por 1 (um) servidor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR, indicado pelo Secretário de Estado.
- (B) A Assembleia Geral é o órgão soberano das decisões do Conselho de Desenvolvimento Regional - CDR, por meio das deliberações em suas reuniões ordinárias e extraordinárias. A Assembleia Geral será sempre presidida pelo Prefeito Municipal.
- (C) Os órgãos de execução de atividades finalísticas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR deverão coordenar e assessorar os comitês temáticos do Conselho de Desenvolvimento Regional - CDR no sentido de realizar estudos de viabilidade técnica e econômica dos programas, ações e projetos a ser coordenados ou executados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR, avaliando a sua relevância social.
- (D) O Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional deverá realizar as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Regional – CDR em local amplo que permita a participação de cidadãos, associações de municípios, universidades, faculdades, sindicatos, cooperativas, clubes e demais entidades organizadas com representatividade na região.
- (E) O Conselho de Desenvolvimento Regional - CDR tem a seguinte estrutura organizacional: Assembleia Geral; Secretaria Executiva e Comitês Temáticos.

QUESTÃO 27

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR dentre as suas finalidades atuará como

- I. agência de desenvolvimento regional, na qualidade de órgão descentralizado da estrutura do Estado capaz de induzir e motivar o engajamento, a integração e a participação da sociedade organizada para, de forma planejada, implementar e executar políticas públicas e viabilizar instrumentos de desenvolvimento econômico sustentável para a geração de novas oportunidades de trabalho e renda, promovendo a equidade entre pessoas e entre regiões.
- II. articuladora da transformação, na sua respectiva região, em territórios de desenvolvimento sustentável e de bem-estar social.
- III. motivadora do desenvolvimento econômico e social, não enfatizando o planejamento, o fomento e a geração de emprego, renda e habitação.
- IV. colaboradora na sistematização das propostas formuladas no Seminário Anual de Avaliação dos Programas Governamentais e nas audiências do orçamento regionalizado.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 28

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. À Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR, no âmbito de sua região administrativa, compete

- I. executar obras e serviços públicos na região de abrangência, ou coordenar a sua execução.
- II. executar programas, projetos e ações de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias e instalações correlatas.
- III. responsabilizar-se pela operação, conservação e manutenção dos sistemas de contenção de cheias.
- IV. apoiar os municípios na execução de programas, projetos e ações, visando ao desenvolvimento sustentável regional e municipal.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 29

O órgão de assessoramento direto ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, composto pela Consultoria Jurídica, Assessoria de Comunicação e Assistentes Técnicos, denomina-se

- (A) Conselho de Desenvolvimento Regional.
- (B) Gabinete do Secretário.
- (C) Diretoria Geral.
- (D) Órgãos de execução de atividades-meio.
- (E) Órgãos de execução de atividades finalísticas.

QUESTÃO 30

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de

- I. avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado.
- II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- III. exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.
- IV. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 31

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. São atribuições dos Secretários de Estado, além de outras estabelecidas na Constituição Estadual e nas leis:

- I. exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração estadual na área de sua competência.
- II. praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem outorgadas ou delegadas pelo Governador do Estado.
- III. expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- IV. apresentar ao Governador relatório semestral de sua gestão na Secretaria de Estado.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 32

De acordo com a Lei Complementar Estadual n.381/07, analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

- I. A estrutura organizacional da Administração Pública Estadual deverá desburocratizar, descentralizar e desconcentrar os circuitos de decisão, melhorando os processos, a colaboração entre os serviços, o compartilhamento de conhecimentos e a correta gestão da informação, para garantir a prestação eficiente, eficaz, efetiva e relevante dos serviços públicos, visando tornar o Estado de Santa Catarina referência em desenvolvimento sustentável, nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica, promovendo a redução das desigualdades entre cidadãos e entre regiões, elevando a qualidade de vida da sua população.
- II. A estrutura organizacional da Administração Pública Estadual será organizada em dois níveis, o nível Setorial e o nível Regional. O conhecimento gerado nos dois níveis mencionados será categorizado e contextualizado num terceiro nível, que é a base de conhecimento governamental, a ser implementada com os conceitos de governança eletrônica, facilitando o acesso direto, democrático e transparente da população às informações e garantindo maior agilidade aos serviços públicos.
- III. O nível Setorial compreenderá as Secretarias Setoriais e suas entidades vinculadas, que terão o papel de planejar e normatizar as políticas públicas do Estado, voltadas para o desenvolvimento regional, específicas de suas áreas de atuação, exercendo, com relação a elas, a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional.
- IV. O nível Regional compreenderá as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, atuando como agências de desenvolvimento, que terão o papel de executar as políticas públicas do Estado, nas suas respectivas regiões, cabendo-lhes a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais e as estruturas descentralizadas da Administração Indireta do Estado.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 33

Acompanhar o cumprimento das políticas públicas do Estado voltadas para o desenvolvimento regional das entidades vinculadas e das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, cabe

- (A) ao Governador do Estado.
- (B) às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional.
- (C) às Secretarias de Estado Setoriais.
- (D) ao Secretário de Estado.
- (E) às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Municipal.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Poder Executivo deverá implementar modelo gerencial sintonizado com as modernas técnicas de planejamento público, primando pela flexibilidade da gestão, qualidade dos serviços públicos e prioridade às demandas do cidadão.
- (B) A Administração Pública Estadual deverá atuar estrategicamente com relação ao processo de gestão, priorizando a ação repressiva, aliada à centralização e desconcentração dos programas e ações e à capacitação dos recursos humanos, com amparo na tecnologia da informação como suporte aos processos operacionais.
- (C) O Estado estimulará a profissionalização do servidor público, incentivando-o a participar de programas de capacitação internos e externos que o habilitem a desenvolver as várias competências inerentes ao seu cargo e às novas demandas exigidas pela sociedade.
- (D) A Administração Pública Estadual primará por maior eficiência, eficácia, efetividade e relevância administrativas, pela participação da sociedade nas decisões governamentais e pela transparência administrativa.
- (E) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe uma ação planejada e transparente para a prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

QUESTÃO 35

De acordo com a Lei Complementar Estadual n.381/07, a ação governamental obedecerá a um processo sistemático de planejamento que vise a promover o desenvolvimento do Estado, a sua consequente distribuição populacional pelo território catarinense, a democratização dos programas e ações com amplo engajamento das comunidades, a regionalização do orçamento e a transparência administrativa. A ação governamental será efetivada mediante a formulação dos seguintes instrumentos básicos:

- I. Planos de Desenvolvimento Regionais.
- II. Planos Decenais, com ênfase em indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento humano.
- III. Programas gerais, setoriais, regionais e municipais de duração anual e plurianual.
- IV. Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 36**

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 5 (cinco) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- (D) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- (E) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, conforme descrito em lei, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa INCORRETA. É dispensável a licitação

- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (C) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- (D) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- (E) para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática à pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.

QUESTÃO 38

Analisar as assertivas e assinalar a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Federal nº 9784/99, nos processos administrativos serão observados os critérios de

- I. **objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.**
- II. **atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.**
- III. **divulgação oficial dos atos administrativos, inclusive nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição.**
- IV. **adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.**

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei Federal nº9784/99, são direitos do administrado perante a Administração Pública, EXCETO

- (A) ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- (B) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- (C) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- (D) fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
- (E) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, analisar as assertivas e assinalar a alternativa que apresenta as corretas.

- I. **Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.**
- II. **Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.**
- III. **Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.**
- IV. **O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.**

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 41

Assinale a alternativa correta.

- (A) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (B) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- (C) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- (D) Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- (E) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

QUESTÃO 42

Analisar as assertivas e assinale a alternativa que apresenta os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública e, em seguida, assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Negar publicidade aos atos oficiais.
- II. Frustrar a licitude de concurso público.
- III. Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- IV. Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

- (A) Apenas I, II e III.
 (B) Apenas III e IV.
 (C) Apenas II e III.
 (D) Apenas I, III e IV.
 (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 43

Analisar as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

- I. Considerando o objetivo a que se destinam, os bens públicos classificam-se em bens de uso comum do povo, bens de uso especial, bens dominicais.
- II. Os bens de uso comum do povo são aqueles destinados à utilização geral pelos indivíduos, que podem ser utilizados por

todos em igualdade de condições, independentemente de consentimento individualizado por parte do poder público.

- III. Os bens de uso especial são todos aqueles que visam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral. São todos aqueles utilizados pela Administração para a execução dos serviços públicos.
- IV. Os bens dominicais são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades.

- (A) Apenas I, II e III.
 (B) Apenas III e IV.
 (C) Apenas II e III.
 (D) Apenas I, III e IV.
 (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 44

De acordo com a Lei Estadual nº 12930/04 (Parcerias público-privadas), analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

- I. As modalidades contratuais previstas na Lei Estadual nº 12930/04, bem como as demais modalidades de contratos previstas na legislação em vigor, poderão ser utilizadas individual, conjunta ou concomitantemente em um mesmo projeto de parceria público-privada, podendo submeter-se a um ou mais processos de licitação.
- II. Nas concessões e permissões de serviço público, a administração pública poderá oferecer ao parceiro privado contraprestação adicional à tarifa cobrada do usuário, como garantia de complementação de um faturamento mínimo estabelecido no contrato, ou, em casos justificados, arcar integralmente com sua remuneração.
- III. A administração pública também poderá estabelecer índices de faturamento máximo nas concessões e permissões de serviço público, caso em que os valores excedentes reverterão ao Tesouro Estadual a título de receita patrimonial.
- IV. Nas hipóteses de execução de obra, ao término da parceria público-privada, a propriedade do bem móvel ou imóvel caberá à administração pública, mediante indenização.

- (A) Apenas I, II e III.
 (B) Apenas III e IV.
 (C) Apenas II e III.
 (D) Apenas I, III e IV.
 (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 45

Analisar as assertivas e assinalar a alternativa que apresenta as corretas. Sobre os princípios básicos da Administração Pública é correto afirmar que

- I. o princípio da legalidade é o postulado básico de todos os Estados de Direito, consistindo a rigor, no cerne da própria qualificação destes (o Estado é dito de "Direito" porque sua atuação está integralmente sujeita ao ordenamento jurídico, vigora o "império da lei").
- II. o agente público está obrigado a observar não só a lei e os princípios jurídicos, mas também os decretos, as portarias, as instruções normativas, os pareceres normativos, em suma, os atos administrativos gerais que sejam pertinentes àquela situação concreta com que ele se depara.
- III. o princípio da moralidade torna jurídica a exigência de atuação ética dos agentes da Administração Pública. A denominada moral administrativa não se difere da moral comum.
- IV. o princípio da impessoalidade traduz a ideia de que toda atuação da Administração deve visar o interesse público, tendo como finalidade a satisfação do interesse público.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II, III e IV.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I, II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 46

Assinalar a alternativa correta. O poder da Administração Pública que lhe faculta quanto aos atos que lhe são relacionados a possibilidade de valorar a oportunidade e conveniência de sua prática, estabelecer o motivo e escolher, dentro dos limites legais, consiste em qual atributo do poder de polícia?

- (A) Legalidade.
(B) Discricionariedade.
(C) Auto-executoriedade.
(D) Coercibilidade.
(E) Sanção.

QUESTÃO 47

Analisar as assertivas e assinalar a alternativa que apresenta as corretas. Sobre os atos administrativos da Administração Pública é correto afirmar que

- I. os atos administrativos normativos possuem comandos gerais e abstratos aplicáveis a todos os administrados que se enquadram nas situações nele previstas.
- II. os atos negociais são atos administrativos internos, endereçados aos servidores públicos, pois veiculam determinações atinentes ao adequado desempenho de suas funções.

III. o ato administrativo complexo é o que necessita, para sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos diferentes. Significa que isoladamente nenhum dos órgãos é suficiente para dar existência ao ato.

IV. o ato administrativo composto é aquele cujo conteúdo resulta da manifestação de um só órgão, mas a produção de efeitos depende de um outro ato que o aprove.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas III e IV.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 48

Assinalar a alternativa INCORRETA.

- (A) As autarquias são entidades administrativas autônomas, criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.
- (B) As autarquias somente podem ser criadas por meio de lei específica.
- (C) A criação de empresas públicas e sociedade de economia mista depende de lei específica autorizativa.
- (D) O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que é indispensável a autorização legislativa para a criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (E) As autarquias responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

QUESTÃO 49

Analisar as assertivas e assinalar a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei nº8666/93, NÃO poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários

I. o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

II. a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

III. o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

IV. as empresas privadas ou individuais.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas III e IV.
(C) Apenas II e III.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 50

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei nº8666/93, os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez

- I. no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal.
- II. no Diário Oficial da União, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais.
- III. no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal.
- IV. em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

